



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL
REQUERIMENTO Nº 14
(Do Sr. Domingos Sávio)**

Solicita seja convocado o Sr. Marcelo Neri, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos sobre entrevista publicada no Jornal O Globo de 25/05/2014, em que defende a retirada dos alimentos do cálculo da inflação e afirma que as metas de inflação estão sendo cumpridas pelo Governo.

Senhor Presidente,

Requeiro com base no art. 50 da Constituição Federal e 219, I, § 1º e 2º do RICD, a convocação do Sr. Marcelo Neri, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos sobre entrevista publicada no Jornal O Globo de 25/05/2014, em que defende a retirada dos alimentos do cálculo da inflação e afirma que as metas de inflação estão sendo cumpridas pelo Governo.

JUSTIFICAÇÃO

Não é atual a intenção do Governo de excluir dos índices de inflação os preços mais voláteis, como os dos alimentos. Na verdade, em 2010, coincidentemente ano da última eleição presidencial, o Ministro Guido Mantega pretendia expurgar dos cálculos inflacionários os preços dos alimentos, dos combustíveis e da energia. Ressalta-se que os dois últimos são preços controlados pelo Governo, ou seja, sua exclusão dos índices permitiria a realização dos reajustes represados nos anos anteriores sem afetar diretamente a inflação.

O cenário atual não difere muito do encontrado em 2010. Após técnicos do Governo afirmarem que estão estudando a exclusão dos preços dos alimentos do cálculo do IPCA, justamente no momento em que o índice está perto de estourar o teto da meta, o Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), Marcelo Neri defendeu em entrevista a exclusão dos alimentos do cálculo do IPCA.

Relembra-se que a prática de alterar a forma de cálculo da inflação quando os índices estão altos é antiga. Um artigo de Máilson da Nóbrega, publicado no site www.uol.com.br em 24/04/2014, lembra que “ideia semelhante à dos ‘técnicos’ (da equipe de Mantega) foi defendida pelo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ministério da Fazenda em 1986, quando o Plano Cruzado fracassava. O ministro de então afirmava que cigarros não deveriam constar do índice de preços, pois vícios não mereceriam esse registro”.

Outro ponto importante lembrado pelo economista é que o fato de existir volatilidade em preços (principalmente de alimentos “in natura” que o governo quer expurgar) que integram o índice é a justificativa básica do intervalo de tolerância na meta para a inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, que é de dois pontos percentuais para cima e para baixo.

Esse intervalo amplo é justamente para acomodar as variações de preços de produtos que são afetados pela sazonalidade. A equipe econômica, porém, insiste em passar a ideia de que a meta é 6,5%. Esse é o teto, já que a meta é inflexível em 4,5%.

Por isso, são calculados núcleos dos índices de preços para guiar a política monetária. Esses núcleos são constituídos de itens mais suscetíveis à influência da elevação da taxa de juros e de seus efeitos na demanda, permitindo a identificação da verdadeira tendência inflacionária.

O Banco Central divulga mensalmente três tipos de núcleo e todos excluem alimentos. Assim, ao contrário do que pretende o Governo, os alimentos não devem ser excluídos do índice oficial de inflação, mas de seu núcleo.

Além disso, na visão do mercado, o aumento dos preços administrados não pode mais ser contido pelo governo. Além de comprometer o caixa das estatais, como Petrobras e Eletrobrás, a piora das expectativas para o reajuste de preços represados (tarifas de transportes, combustíveis e energia) elevaram as estimativas para a inflação.

Conclui-se, portanto, que além de conter preços (que se liberados elevariam a inflação para mais de 7,5%), o Governo ainda revive a ideia de expurgar os alimentos do índice do IPCA, como defende o Ministro Marcelo Neri.

É preciso desconstruir essa manobra publicitária do Governo que busca enganar a população ao tentar fixar a ideia de que a inflação pode se manter abaixo de 6,5%, que é o seu teto, quando na verdade a meta é de 4,5%.

No lugar de buscar encobrir a inflação real, o Governo Dilma deveria entender que o melhor remédio para a economia brasileira seria um choque de credibilidade na perseguição das metas de inflação.

Nesse sentido conclamo os pares a aprovarem o presente requerimento.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 2014.

DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO
PSDB/MG